

Nome: Everaldo Leite da Silva

E-mail: everleit@hotmail.com

Instituição de Ensino: UFG

Orientador: Prof. Dr. Adriano Correia

A ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA SOB A PERSPECTIVA DA FILOSOFIA

Resumo: A economia não é uma criação do capitalismo, mas uma dimensão das inter-relações humanas presente na sociedade há vários séculos, sendo objeto de especulação por Aristóteles no livro V da *Ética a Nicômaco* e no livro I da *Política* já no século IV a.C. O pensamento econômico, portanto, nasce e medra nas filosofias ética e política, em conformidade à busca do bem pelos indivíduos e pela comunidade. Durante o período feudal se manteve esta tradição, chegando a ser matéria de estudo de Tomás de Aquino, que a tratou como elemento minúsculo contido num sistema moral e teológico abrangente. Mais à frente, as ideias que influenciaram a modernidade, elaboradas entre os séculos XVI e XVIII, influenciam também os princípios mercantilistas burgueses, fazendo derivar a economia política das filosofias ética e política. Filósofos morais, como John Locke, Lorde Shaftesbury, Edmund Burke, William Wollaston, Bernard Mandeville, David Hume, Jean-Jaques Rousseau, Francis Hutcheson e outros, lançaram as bases do desenvolvimento da economia política, que fora posteriormente elaborada por pensadores como Adam Smith, Robert Malthus, Jean-Baptiste Say, John Stuart Mill, Frederic Bastiat, Carl Menger e, de modo determinante, por Karl Marx. A partir do século XX a economia, na sua variante científica, instrumentaliza-se ao encontro de um conjunto largo de ideias – clássicas ou inovadoras – que passam a ser denominadas genericamente de neoliberais.

Dizer, portanto, que a economia não é uma criação do capitalismo é relevante, visto que quase toda a teoria econômica moderna, de natureza positiva, tem como único objetivo o estudo acerca da economia liberal de mercado, tendo reprimido de forma sistemática de suas análises qualquer interveniência da ética e, de maneira implícita, grande parcela da própria economia política. (De fato, o tratamento econômico marxista foi integralmente suprimido.) Esse distanciamento da ética, não obstante, resulta em implicações reais, ou como afirma Amartya Sen, em seu ensaio *Sobre Ética e Economia*, “examinando as

proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a *aversão* às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (grifo meu). Não quer dizer que teorias formais da concorrência e do equilíbrio não sejam respeitáveis no campo lógico e na discussão de uma grande variedade de problemas práticos, mas se equivoca da análise econômica normativa, deixando de lado “uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real” (Sen, 1999, p. 23). A ciência econômica contemporânea busca o conhecimento abstraindo-se por completo das preferências e valores humanos, almejando apenas a produção do conhecimento objetivo, separando-se da ética, que delibera e afirma na prática as preferências, escolhas humanas e os valores morais. Compreendendo as implicações desse afastamento, John Maynard Keynes refletia que uma prudente busca de conhecimento “significava filosofia e economia, e mais da primeira do que da segunda” (Skidelsky, 1996, p. 17).

É útil, portanto, diferenciar a economia real (*economy*), a teoria econômica ou economia (*economics*), e a economia política (*political economy*). A primeira é a própria experiência econômica e monetária, ou aonde se dá efetivamente a produção, a distribuição, as trocas e o consumo. A segunda é a atividade da ciência econômica, formalizada através de modelos matemáticos elegantes, simplificadores da realidade, e disposta em leis de mercado e axiomas ou postulados. A terceira, a economia política (*political economy*), é aquela categoria que se originou na filosofia moral e que se vale dos dados descritivos da economia (*economy*) e da história econômica, tendo atribuição prescritiva acerca dos meios pelos quais ela pode ser integralmente realizada nas sociedades humanas. Os argumentos normativos, aqueles com potencial para mudar o mundo, portanto, só são possíveis e praticáveis na *political economy*, pela qual, face ao conhecimento disponível, se pode combinar política e ética em conservação ao bem-estar coletivo e individual. Não existem, na economia política, fronteiras definidas entre a análise econômica do bem-estar e outros tipos de investigação econômica, nota Amartya Sen, “porém, à medida que aumentou a desconfiança acerca do uso da ética em economia, a economia do bem-estar foi se afigurando cada vez mais dúbia. Confinaram-na em um compartimento arbitrariamente exíguo, separada do restante da economia” (Sen, 1999, p. 45). De fato, para a *economics*, postulados fundamentais da economia, como a racionalidade dos agentes, a maximização das utilidades e a eficiência alocativa – e técnicas, como a teoria da decisão, teoria dos Jogos e teoria da escolha racional – não se coadunam com as ideias de solidariedade e geração do bem-estar coletivo.

Evidentemente, a secção da *political economy* derivou num novo conflito de visões, não mais voltado para explicar ou denunciar uma sociedade de produção, mas para delinear ou criticar a nova ordem de uma sociedade de consumo. Há efetivamente um deslocamento do liberalismo como forma de vida instituída no século XVIII para o neoliberalismo do século XX, e o primeiro efeito deste deslocamento é a passagem da ênfase numa sociedade de produtores para a ênfase numa sociedade de consumo. Com base em Zygmunt Bauman, observa-se que “enquanto o foco esteve sobre a troca de mercadorias, a ênfase esteve do lado da produção; quando o foco se desloca para a competição, a ênfase deixa de estar na produção de bens, passando para o consumo” (Veiga-Neto, 2013, p. 39). Adjacente ao darwinismo social, Mises defende que “a função da competição é a de atribuir a cada membro de um sistema social aquela posição na qual pode melhor servir à sociedade como um todo. É uma maneira de selecionar o mais apto para cada tarefa” (Mises, 2010, p. 152). A competição, portanto, “não é um direito, garantido pelo estado e pelas leis, que torne possível a cada indivíduo escolher, à sua vontade, o lugar na estrutura da divisão do trabalho que mais lhe agrade”, conforme Mises, “atribuir a cada um o seu lugar próprio na sociedade é tarefa dos consumidores que ao comprar ou abster-se de comprar estão determinando a posição social de cada indivíduo” (Idem, p. 334). Para ele, “a transformação do pensamento que os economistas clássicos haviam iniciado só foi levada às suas últimas consequências pela moderna economia subjetivista, que transformou a teoria dos preços do mercado numa teoria geral da escolha humana” (Mises, 2010, p. 23), a própria praxeologia. O consumidor corporifica uma função distinta no funcionamento do mercado, integrando-se a todas as outras funções: empresário, proprietário, capitalista, trabalhador ou chefe de família. Desta forma, todo ator, na sociedade de consumo, será sempre um empresário e um especulador (abrindo espaço para a imagem do capital humano). Estas funções não são característica próprias de um determinado grupo ou classe de pessoas, se torna inerente a todas as ações e é exercida por todos os atores. Nesse sentido, “os capitalistas, os proprietários e os trabalhadores são necessariamente especuladores. O consumidor também o é, ao prover suas necessidades [ou maximizar suas satisfações]”. O termo empresário, conforme Mises o emprega, significa “agente homem visto exclusivamente do ângulo da incerteza inerente a qualquer ação” (Idem, p. 309). Nessa ótica, “a diferenciação de meios e fins torna-se assim uma diferenciação entre investir e consumir, entre o negócio e a casa, entre gastos comerciais e gastos domésticos” (Ibidem, p. 319). De fato, se para a economia clássica comprar e destruir significava consumir, na nova ordem o consumo significa pertencer a um mundo, “e esse

pertencimento deve ser o mais fugaz possível, pois na sociedade de consumidores a concorrência para captura da atenção é incessante” (Veiga-Neto, 2013, p. 39). Ora, o consumismo, como resultado daquele instante “quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho”, passa a ser o arranjo social que tem como “principal força propulsora e operativa da sociedade” a reciclagem “de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes, e, por assim dizer, ‘neutros quanto ao regime’”. Esta é, agora, a “força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos”, preenchendo, concomitantemente, “um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais” (Bauman, 2008, p. 41). Como expõe Bauman, em *Vida para o Consumo*: “Numa sociedade de consumidores e numa era em que a ‘política de vida’ está substituindo a Política que antes portava um ‘P’ maiúsculo, o verdadeiro ‘ciclo econômico’, aquele que de fato mantém a economia em expansão, é o ciclo do ‘compre, desfrute, jogue fora’” (Bauman, 2008, p. 126).

Mises retoma o argumento liberal tradicional voltado aos interesses individuais, o argumento de que a busca livre da satisfação desses interesses individuais irá contribuir para o bem comum, mas agora por meio de um mundo determinado por consumidores/jogadores. Para Bauman, a transformação primordial vinculada ao ingresso para essa fase da modernidade pode ser localizada “na modificação profunda na maneira como a individualidade é socialmente construída e no modo como a maior parte da população está socialmente integrada, fendida, no processo de reprodução do sistema” (Bauman, 2011, p. 208). Desta forma, a individualidade que emerge pode ser definida pela difusão de indivíduos como organismos experimentadores, que procuram novas experiências e se encontram livres ao efeito de saturação, quer dizer, “capazes de absorver e de responder a um fluxo constante e preferencialmente crescente de estímulos”. São também indivíduos originadores, “caracterizados sobretudo pela mobilidade e flexibilidade de comportamento espontâneas e facilmente acionadas, e vinculados apenas em grau mínimo à aprendizagem prévia e a hábitos adquiridos”. Ainda, sem nunca estarem balanceados, eles “tendem a se equilibrar como unidades quase autossuficientes e autopropelidas” (Idem, p. 208). Para Cícero Silva Oliveira, em *A Soberania do Econômico nas Reflexões de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman*, o imperativo de consumo se coloca como sendo “a própria institucionalização da lógica do trabalho ou da vida na economia, e

o caráter especialmente econômico da esfera pública moderna sua mais flagrante implicação política”.

Palavras-chave: Economia Política; ética capitalista; ação humana; libertarianismo; individualismo radical.